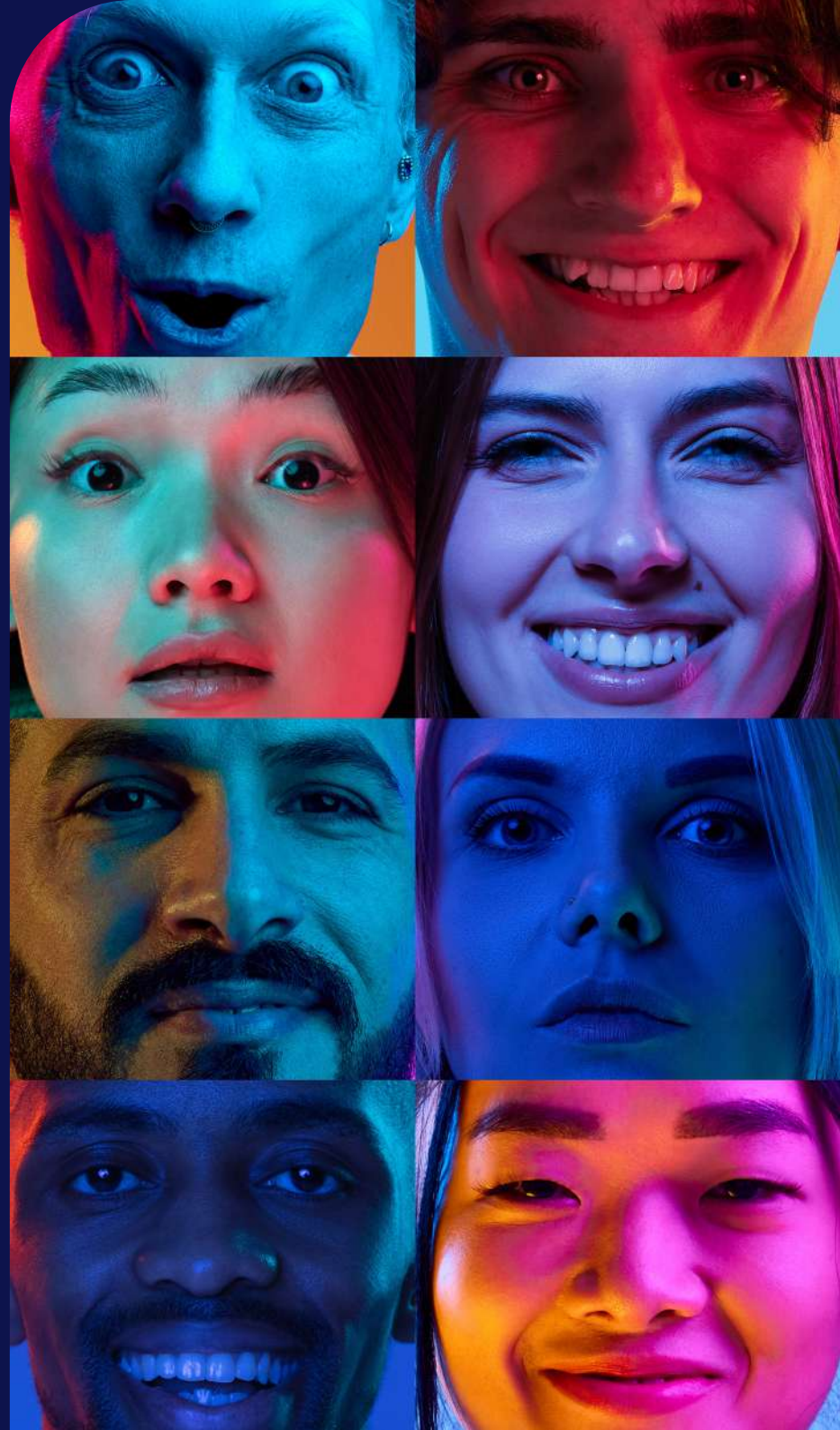


GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em Direito Municipal





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
DIREITO MUNICIPAL.....	6
Destaques do curso.....	6
Público-Alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	12
Diferenciais tecnológicos	13
Ingresso	14

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas com alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 6 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Prof. Gustavo Scatolino Silva
Coordenador

Atualmente é procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Ex-assessor de ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, dentre eles, para os cargos de analista judiciário do STJ, exercendo essa função durante cinco anos, e procurador do estado do Espírito Santo.

DIREITO MUNICIPAL



A pós-graduação em Direito Municipal traz um estudo aprofundado, com abordagem prática e teórica das disciplinas diretamente ligadas às competências municipais. No curso serão vistos todos os tópicos constitucionais relacionados às competências municipais, permitindo que o egresso tenha aprofundamento em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Eleitoral, Direito Tributário, Direitos Difusos, Direito Penal, todos relacionados com as atribuições dos municípios em nossa Constituição. O estudante estará qualificado para fazer frente às necessidades da iniciativa privada e do setor público.

DESTAQUES DO CURSO

Habilitar o interessado ao enfrentamento de provas que exijam conteúdos relacionados ao Direito Municipal, bem assim com as interfaces atinentes às esferas estadual, distrital e federal.

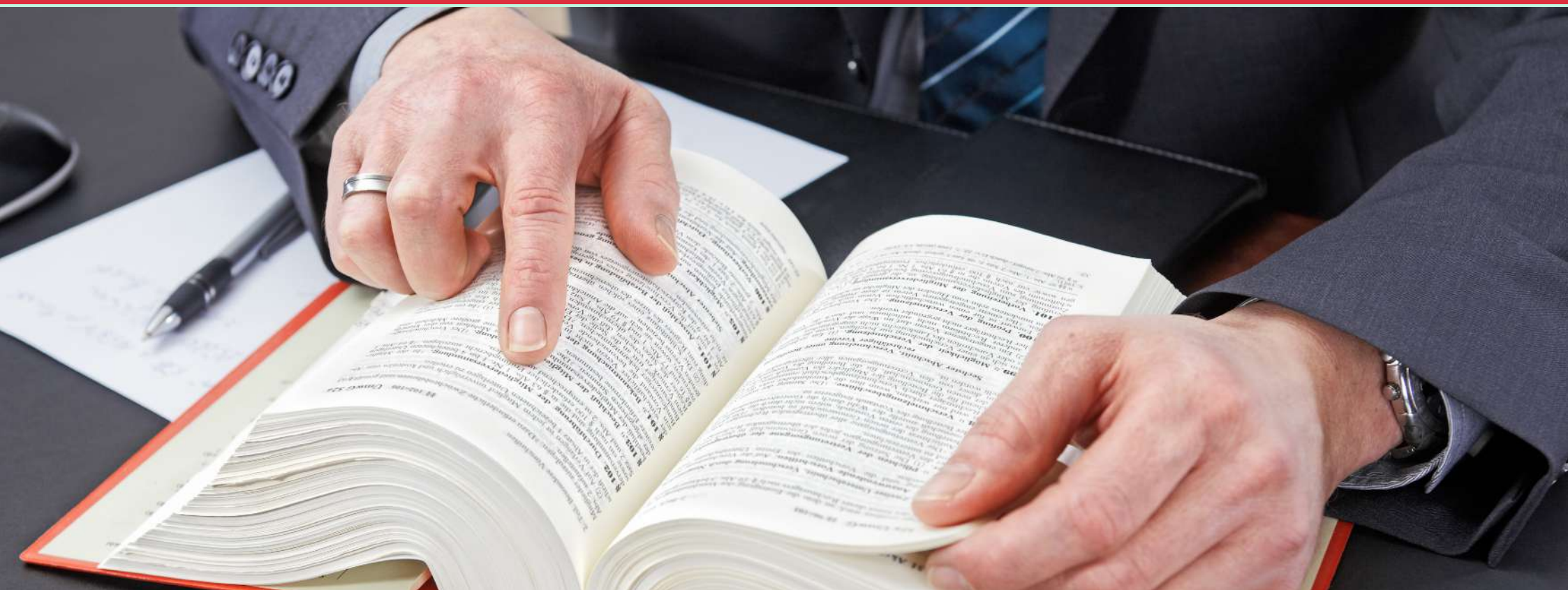
Capacitar servidores públicos e candidatos ao serviço público, além de advogados e profissionais de empresas privadas que busquem se aperfeiçoar na área do Direito Municipal, tendo uma visão geral sobre as disciplinas indispensáveis à excelência no desempenho de atividades laborais.

Habilitar profissionais graduados, tecnólogos e licenciados em diferentes áreas em conhecimentos teóricos e práticos para a melhor compreensão das competências municipais dispostas na Constituição.

Capacitar o estudante para interpretar, aplicar e buscar solução para conflitos com base nos preceitos teóricos das disciplinas integrantes do conteúdo programático, resolvendo problemas hipotéticos apresentados didaticamente, de modo que ele aprenda e construa outras situações fáticas e, igualmente, possa apresentar soluções jurídicas criativas e contextualizadas.

Desenvolver competências que habilitem o profissional a posicionar-se com a lei em face de situações concretas envolvendo o processo de produção e modificação das principais normas de nosso país, com o propósito de unir o conhecimento técnico à preocupação com as questões sociais, contribuindo assim para a consolidação de importantes valores como a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Aprofundar os conhecimentos relacionados ao Direito Municipal de modo que o estudante possa assessorar membros dos Poderes Legislativo e Executivo municipais.



PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito. Pesquisadores. Interessados em se tornar servidores nas carreiras dos Poderes Legislativo e Executivo municipais ou nos demais Poderes do Estado.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito Municipal tem duração de seis (6) a 18 (dezoito) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		Carga Horária
01	Princípios Fundamentais e Organização do Estado Brasileiro	30h
02	Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos	20h
03	Organização dos Poderes	55h
04	Direito Constitucional à Saúde	25h
05	Direito Administrativo	45h
06	Proteção do Meio Ambiente Urbano e Cultural: Aspectos Urbanísticos	25h
07	Direitos e Garantias Fundamentais	30h
08	Processo Constitucional Municipal	15h
09	Teoria Geral do Direito Ambiental	33h
10	Tributos Estaduais e Municipais	42h
11	Processo Legislativo nos Estados e Municípios	40h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		360 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 horas
TOTAL DO CURSO		400 horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	<p>PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS: classificação das normas jurídicas. Classificação dual. Classificação tricotômica. Definição de princípios. Classificação de princípios. Doutrina alemã. Doutrina norte-americana. Doutrina brasileira. Características dos princípios. Funções dos princípios. Princípios fundamentais da Constituição Federal. Princípio republicano. Princípio democrático. Princípio da separação dos Poderes. Princípio federativo. Princípios das relações internacionais. Fundamentos do Estado. Objetivos do Estado. Aplicação desses princípios aos casos concretos. Análise de casos e precedentes judiciais. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: formas de Estado. Classificação tricotômica das formas de Estado. Classificações contemporâneas. Características e peculiaridades. Princípio federativo. Origem. Características essenciais à luz da CF/1988. Classificação das federações e suas consequências práticas. Direito Comparado: Estados Unidos e Alemanha. Criação dos entes federativos. Denominação do federalismo pátrio. A autonomia dos entes federativos e a característica dos municípios. Princípios constitucionais relacionados ao federalismo: sensíveis, extensíveis e estabelecidos. Repartição constitucional de competências federativas. Competências da União. Competências dos estados. Competências dos municípios. Competências do Distrito Federal. Competências comuns e concorrentes. Competências tributárias. Conflitos em matéria de competências. Conflitos federativos diversos. Intervenção federal. Intervenção estadual. Aplicação do conteúdo doutrinário e positivo aos casos concretos. Análise de casos e precedentes judiciais.</p>
TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	<p>Definição de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Sistemática de aplicação dos direitos de tutela coletiva e de tutela individual homogênea. Aspectos constitucionais a respeito dos direitos coletivos e individuais homogêneos. Estudo no Direito Comparado sobre a estrutura dos direitos coletivos. As últimas reformas do CPC em relação ao processo individual e coletivo. O modelo do Direito Processual Coletivo brasileiro. A aplicabilidade limitada e condicionada do CPC no plano dos processos coletivos. A coisa julgada no processo civil brasileiro e sua incidência sobre o processo coletivo. Aspectos da segurança jurídica e da coisa julgada nos processos coletivos e de direitos individuais homogêneos. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Execução coletiva. Delimitação conceitual. A falta de corpo legislativo próprio e a insuficiência do CPC para reger a execução coletiva. Execução coletiva no Código de Processo Civil brasileiro. Execução coletiva em relação aos direitos difusos. Execução coletiva em relação aos direitos coletivos em sentido estrito. Execução coletiva em relação aos direitos individuais homogêneos.</p>

<p>ORGANIZAÇÃO DOS PODERES</p>	<p>PODER LEGISLATIVO. Funções típicas e atípicas. Papel das casas legislativas. Controle legislativo. Comissões Parlamentares de Inquérito. Imunidades parlamentares. Tribunais de Contas. Sistema de controle interno. Papel do Legislativo no controle de constitucionalidade. PODER EXECUTIVO. Estudo dogmático do perfil constitucional do Poder Executivo federal, estadual, distrital e municipal. Presidente e vice-presidente da República. Governadores e vice-governadores. Prefeitos. Atribuições do presidente da República. Responsabilidade do presidente da República. Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. PODER JUDICIÁRIO. Exigências para ingresso e promoção na carreira. Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Garantias, vedações e regras atinentes à perda do cargo. Autonomia administrativa, funcional e orçamentário-financeira. Precatórios. Tribunais. Organização e competências originárias e recursais. Conselho Nacional de Justiça. Papel constitucional e atribuições. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA. Estudo dogmático do perfil constitucional das funções essenciais à Justiça. Ministério Público da União e dos Estados. Advocacia pública federal, estadual, distrital e municipal. Advocacia privada. Defensoria Pública da União, dos estados e do Distrito Federal.</p>
<p>DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE</p>	<p>O direito à saúde na Constituição Federal. O direito à saúde como dever do Estado. A universalização dos serviços de saúde. Técnicas práticas de promoção do direito à saúde. A saúde e o mínimo existencial. Legislação aplicada ao Direito à saúde. A resistência estatal na promoção do direito à saúde (defesa estatal). O direito constitucional à saúde e o dever do Estado de fornecer medicamentos e tratamentos. A judicialização da saúde.</p>
<p>DIREITO ADMINISTRATIVO</p>	<p>Introdução ao Direito Administrativo. Sistemas administrativos. Administração pública. Administração pública no sentido subjetivo/orgânico/formal. Administração pública no sentido material/objetivo/funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (concentração e desconcentração. Centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder normativo (poder regulamentar). Poder discricionário e poder vinculado. Poder de polícia. Agentes públicos. Classificação. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos. Intervenção do Estado na propriedade. Intervenção restritiva: servidão. Requisição. Ocupação temporária. Limitações administrativas. Tombamento. Intervenção supressiva: desapropriação. Bens públicos. Classificação dos bens públicos. Espécies de bens públicos. Características dos bens públicos. Tipos de uso de bens públicos. Controle administrativo. Espécies de controle. Tribunal de Contas da União. Competências do Tribunal de Contas da União.</p>

PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO E CULTURAL: ASPECTOS URBANÍSTICOS	A Revolução Industrial e a urbanização. A urbanização no Brasil. O Direito Urbanístico: formação e desenvolvimento. O meio ambiente urbano. Desenvolvimento sustentável e vida urbana. Qualidade de vida. Ordenamento constitucional da Política Urbana. Estatuto das Cidades e as novas perspectivas do Direito Urbanístico.
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	Evolução histórica dos Direitos Fundamentais no Brasil e no mundo. A interface entre História, Direito e Política. Direito objetivo e subjetivo. Binômio de Janus. Eficácia vertical, horizontal e transversal dos direitos fundamentais. Aplicação direta e indireta dos direitos fundamentais. Repercussão dos direitos fundamentais nas relações privadas. Constitucionalização do Direito Civil. Teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek. Características dos direitos fundamentais. Extensão de direitos fundamentais a pessoas jurídicas, estrangeiros, apátridas e a animais. Tratamento constitucional dado aos direitos e garantias fundamentais à luz da jurisprudência do STF e do STJ. Estado de coisas inconstitucional. Tratados internacionais sobre direitos humanos e sua posição no ordenamento constitucional brasileiro.
PROCESSO CONSTITUCIONAL MUNICIPAL	Poder constituinte e controle de constitucionalidade de leis municipais em face da Constituição Estadual. Organização do Estado: o princípio federativo. A divisão das funções do Estado: o Estado unitário, O Estado confederado, o Estado federal, federalismo dualista x federalismo de cooperação. Princípio estruturante da Federação brasileira: princípio do duplo ordenamento. Distinção entre lei nacional e lei federal. Constituição Federal, art. 18 – características do Estado federado. Soberania do Estado Federal e autonomia dos estados-membros. Descentralização política fixada pela Constituição (repartição constitucional de competências). Teoria dos poderes implícitos (quem tiver o ônus, deverá também ter o bônus, ainda que implícito). Teoria da predominância do interesse. Poder constituinte derivado decorrente. Existência de um órgão jurisdicional nacional.
TEORIA GERAL DO DIREITO AMBIENTAL	Direito ambiental e direitos humanos. Evolução da legislação ambiental: diagnósticos e perspectivas. Instrumentos de proteção ambiental. Da proteção ao meio ambiente enquanto interesse transindividual. Papel do Estado na proteção dos bens ambientais nas esferas cível, administrativa e penal. Meio ambiente e Política de Desenvolvimento Urbano. Jurisprudência na área ambiental.
TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	Análise dos tributos incidentes sobre os negócios digitais.
PROCESSO LEGISLATIVO NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	Poder Legislativo e conceito de processo legislativo. Princípios do processo legislativo. Fases do processo legislativo. Espécies de atos legislativos. Procedimentos legislativos. Vetos do Poder Executivo. Urgências legislativas. Controle de constitucionalidade do processo legislativo. Noções de Regimento Interno. Noções de técnica legislativa.

FAQ DO CURSO

O curso de pós-graduação em Direito Municipal é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de pós-graduação em Direito Municipal é um curso *lato sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de pós-graduação em Direito Municipal é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria Acadêmica Virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



INGRESSO

A pós-graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua pós-graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

